



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0330959-3**

**Embargante:** Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Embargado:** AGS Comércio e Representações Ltda. e Outros

**Relator Convocado:** Juiz Márcio Aguiar

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ACÓRDÃO EMERGENTE DO JULGAMENTO DE RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO INOCORRENTES. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO DEMONSTRADOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Inocorrência de omissão ou contradição no acórdão recorrido, que enfrentou todos os pontos imprescindíveis ao deslinde da questão, e as questões trazidas foram devidamente respondidas e resolvidas, não havendo, assim, o que se esclarecer na decisão embargada.

2. "O prequestionamento da matéria, por si só, não tem o condão de viabilizar o acolhimento dos embargos de declaração, pois é indispensável a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios enumerados no artigo 535 do CPC. 3. Recurso especial não conhecido" (STJ-5ª T., RESP 673777/SP, Ministra Laurita Vaz, DJU 21.10. 04).

3. Não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos.

4. Embargos rejeitados à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0330959-3, em que figura como embargante Banco do Nordeste do Brasil S/A e como embargado AGS Comércio e Representações Ltda., ACORDAM os Desembargadores que compõem a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na conformidade do relatório e do voto, que integram este aresto.

Recife, 29 05.14

*Márcio Aguiar*  
Juiz Márcio Aguiar  
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0330959-3

Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Embargado: AGS Comércio e Representações Ltda. e Outros

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

**RELATÓRIO**

Cuida-se de embargos de declaração interpostos ao acórdão proferido no Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0330959-3, em que a recorrente, Banco do Nordeste do Brasil S/A, requer o acolhimento dos presentes embargos para fins de pré-questionar a matéria que considera contraditória possibilitando assim utilizar-se das vias excepcionais.

Aduz ainda a embargante que existem contradições e omissões a serem sanadas no referido acórdão e que quando sanadas, deve ser atribuído efeito modificativo aos presentes embargos.

Por independe de pauta, trago o feito em mesa para julgamento por esta Câmara.

**VOTO**

Para melhor elucidar a questão tenha-se o acórdão embargado:

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE APÓS O EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS À LOCALIZAÇÃO DOS DEVEDORES. BLOQUEIO DE CONTA BANCÁRIA. NÃO-ESGOTAMENTO DE TODOS OS MEIOS PARA LOCALIZAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1 - É de ser mantido o indeferimento do pedido de citação por edital, uma vez não ter restado demonstrado o esgotamento de todos os meios para localização dos executados.

2- A Jurisprudência tanto do colendo Superior Tribunal de Justiça, quanto deste Tribunal de Justiça, tem perfilado o entendimento de possibilidade da penhora pelo sistema Bacen-Jud, antes da citação do devedor. Todavia, essa somente pode ocorrer após tentativa frustrada de citação pelo oficial de justiça. Precedentes.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

3 - Agravo não provido. Decisão unânime.

Pois bem.

Sabemos que somente se justifica o manejo dos embargos de declaração, nos contornos definidos no art. 535 do Código de Ritos, com o escopo de expungir ou afastar do provimento jurisdicional eventuais obscuridades, contradições ou ainda suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.

Na hipótese dos autos, não se verifica qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão vergastada que, ao contrário, abordou toda a matéria de forma coerente, nos limites em que foi posta em Juízo, apreciando exaustivamente os pontos trazidos no apelo da ora recorrente.

A razão de não ter sido deferido o pedido de citação editalícia, conforme demandado pelo ora embargante, já foi suficientemente esclarecida quando do julgamento do Recurso de Agravo. Repita-se: não se esgotaram todos os meios possíveis à localização dos devedores. Não foi expedido, por exemplo, novo mandado com o endereço atualizado de uma das devedoras, constante das fls. 121.

Note-se, ainda, que não está obrigado o Tribunal a examinar exaustivamente a controvérsia da forma como colocada pelas partes, mas apenas indicar os fundamentos pelos quais acolhe ou rejeita a pretensão deduzida nos autos, segundo a regra do livre convencimento motivado (art. 131 do CPC).

Quanto ao prequestionamento pretendido pela embargante, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, mesmo que interpostos com a finalidade de prequestionar, os embargos de declaração devem se submeter ao regime imposto pelo art. 535, do CPC. Sobre o tema, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. (...) 2. O prequestionamento da matéria, por si só, não tem o condão de viabilizar o acolhimento dos embargos de declaração, pois é indispensável a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios enumerados no artigo 535 do CPC. 3. Recurso especial não conhecido" (STJ-5ª T., RESP 673777 / SP, Ministra Laurita Vaz, DJU 21.10.04). (g.n.)



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

Desta forma, tem-se que a presente decisão deixou clara a motivação expendida, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, pelo que cuido ser conveniente que seus argumentos sejam tecidos no recurso cabível, a fim de ser apreciado pela Instância Superior, caso seja do interesse da parte vencida.

Consequentemente, não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos.

Assim, REJEITO estes Embargos de Declaração interpostos por Banco do Nordeste S/A, mantendo-se o acórdão em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29.05.14  
*Márcio Aguiar*  
Juiz Márcio Aguiar  
Relator Convocado.